



EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

SCS Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 1º ao 3º andares - Bairro Asa Sul
Brasília-DF, CEP 70308-200(61) 3255-8900 - <http://www.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23477.021457/2025-13

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada, devidamente licenciada, para prestação de serviço contínuo de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) classe 1, pertencentes aos grupos A (resíduos com a possível presença de agentes biológicos), B (resíduos químicos, incluindo lâmpadas, revelador e fixador de raio-X, películas de raio-X, pilhas, baterias etc.), e grupo E (materiais perfurocortantes), provenientes do Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei (HU-UFSJ).

1.2. A descrição da solução como um todo, consta na **Tabela Descrição da solução**, abaixo:

Tabela Descrição da solução

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO	UASG
1	19380	Contratação de empresa especializada, devidamente licenciada, para prestação de serviço de coleta diária, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) classe 1, pertencentes aos grupos A (resíduos com a possível presença de agentes biológicos), B (resíduos químicos, incluindo lâmpadas, revelador e fixador de raio-X, películas de raio-X, pilhas, baterias etc.), e grupo E (materiais perfurocortantes), provenientes do Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei (HU-UFSJ).	155007

1.2.1. Os quantitativos estimados para o novo hospital, considerando um total planejados de 206 leitos, estão discriminados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA (24 MESES)
1	Contratação de empresa especializada, devidamente licenciada, para prestação de serviço de coleta diária, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) classe 1, pertencentes aos grupos A (resíduos com a possível presença de agentes biológicos), B (resíduos químicos, incluindo lâmpadas, revelador e fixador de raio-X, películas de raio-X, pilhas, baterias etc.), e grupo E (materiais perfurocortantes), provenientes do Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei (HU-UFSJ).	kg	172.418,40

1.3. A quantidade trata-se da estimativa da geração de resíduos para o HU-UFSJ, durante o primeiro ano de funcionamento, considerando a abertura gradual dos serviços assistenciais - anexo I ([57501609](#)).

1.4. É importante destacar que o HU-UFSJ **passará por um processo de faseamento para a abertura gradual dos serviços assistenciais**. Dessa forma, a quantidade total estimada de resíduos gerados na fase inicial de implantação será inferior à prevista para o pleno funcionamento, uma vez que determinados setores do hospital ainda não estarão em funcionamento integral ou estarão em processo de abertura, conforme anexo I ([57501609](#)) deste Termo de Referência.

1.4.1. Considerando que o Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei (HU-UFSJ) ainda se encontra em fase de implantação, não há dados históricos próprios disponíveis que permitam mensurar diretamente a geração de resíduos. No entanto, para fins de planejamento, foi adotada uma metodologia comparativa com outras unidades hospitalares da Rede Ebserh, especialmente aquelas com porte e perfil assistencial semelhantes.

1.4.2. O perfil assistencial proposto para o HU-UFSJ prevê que a unidade funcione como um hospital geral de média e alta complexidade, com atendimento referenciado para adultos, nas áreas clínica e cirúrgica, além de oferecer serviços de atenção materno-infantil.

1.4.3. O Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei terá sua **ativação operacional gradativa**, em um processo de **faseamento previsto para ocorrer em 4 etapas**, anexo I ([57501609](#)).

Tipo de Resíduo	Fase 1 (kg/mês)	Fase 2 (kg/mês)	Fase 3 (kg/mês)	Fase 4 (kg/mês)
A	1.236,90	3.790,50	5.107,20	7.900,20
B	65,10	199,50	268,80	415,80
E	130,20	399,00	537,60	831,60
Total	1.432,20	4.389,00	5.913,60	9.147,60

Fase	Duração (meses)	Total (kg)
1	3	4.296,60
2	3	13.167,00
3	3	17.740,80
4	15	137.214,00
Total	24	172.418,40

1.5. O pagamento pelo serviço será realizado pelo peso em quilograma de resíduo efetivamente coletado, transportado, tratado e encaminhado para disposição final no mês de referência.

1.6. A execução do serviço deverá ser realizada com observância das melhores, mais modernas e adequadas metodologias, tecnologias e insumos, aprovados pela CCIRAS do HU-UFSJ, observando, **no mínimo**, as atividades, periodicidades e frequências estabelecidas neste Termo de Referência (TR).

1.7. A natureza do objeto da presente contratação é definida como comum, tendo em vista que são oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

1.8. A presente contratação adotará como regime de execução a contratação por **Preço Unitário**.

1.9. **Metodologia para o cálculo do preço único**

1.10. Na proposta de cada licitante, deverá ser atribuído preço único referente a todo o período de contratação (24 meses). Como os quantitativos estimados são diferentes para cada fase podendo, portanto, o licitante considerar diferentes preços propostos para cada fase, o preço único será obtido a partir da divisão do valor global estimado para a contratação (correspondente à soma dos valores calculados para as 4 fases) pela quantidade estimada global (172.418,40 kg).

1.11. **Local de execução do serviço:**

1.12. O serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) classe 1 será executado nas áreas externas do HU-UFSJ, conforme consta no Anexo I - Local e Frequência de Coleta e na tabela abaixo:

Edificação	Endereço	Município	CEP
Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei (HU-UFSJ)	Rua Sargento Henrique Loureiro dos Santos, S/N, bairro Realengo	Divinópolis- MG	35.501-386

1.13. A periodicidade com que deverá ser executado este serviço deverá ser definida no Plano de Coleta de RSS e, a princípio, o serviço será executado todos os dias da semana, inclusive feriados, mas conforme a demanda, poderão ser estabelecidas rotas semanais, quinzenais ou mensais, de acordo com o quantitativo de resíduos gerados.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação legal e normativa

2.1.1. O objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto na Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016; no Decreto nº 9.507/2018; na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas atualizações e no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh - RLCE 2.0.

2.2. Principais normativos para o Serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS):

2.2.1. RDC nº 222/2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

2.2.2. Resolução CONAMA nº 358/2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.

2.2.3. [Lei nº 12.305](#), de 02 de agosto de 2.010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

2.2.4. Decreto n.º 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Lei n.º 12.305/2010.

2.3. Justificativa da contratação

2.3.1. Hospital da Universidade Federal de São João Del Rei (HU-UFSJ), vinculado ao Campus Dona Lindu, localizado em Divinópolis, foi construído pelo Estado de Minas Gerais e repassado à Ebserrh.

2.3.2. O Hospital Universitário da Universidade Federal de São João Del Rei (HU-UFSJ), localizado no município de Divinópolis/MG, será um hospital geral de média e alta complexidade, de atendimento exclusivo ao Sistema Único de Saúde (SUS), com previsão de 198 leitos hospitalares, sendo 156 de internação (clínicos, cirúrgicos, pediátricos, obstétricos e unidades de terapia intensiva) e 42 de observação, além de 14 consultórios destinados ao atendimento ambulatorial. De acordo com o Relatório do Perfil Assistencial (junho/2025), o hospital terá capacidade instalada para realizar mensalmente aproximadamente **6.172 consultas ambulatoriais, 730 internações, 563 cirurgias** e mais de **32 mil exames laboratoriais e de imagem**, totalizando cerca de **385 mil exames/ano**. Também será referência para gestação de alto risco, urgência e emergência obstétrica, clínica médica e cirúrgica, além de dispor de diversos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico. Considerando o porte e a complexidade assistencial do HU-UFSJ, torna-se imprescindível o serviço contínuo de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) infectantes, químicos e perfurocortantes. Está prevista uma média de taxa de ocupação de leitos operacional geral em torno de 85%.

2.3.3. O hospital buscará credenciamentos em áreas estratégicas: Saúde do Idoso, Saúde Ocular, Cardiovascular (clínica, cirurgia, endovascular), Dor Crônica, Materno-infantil (gestação de alto risco, Hospital Amigo da Criança), Planejamento Familiar (laqueadura, vasectomia), Terapia Nutricional, UTI adulto, pediátrica e neonatal, Cuidados Intermediários Neonatal, Videocirurgias, e Transexualizador (ambulatorio).

2.3.4. O HU-UFSJ está estruturado para oferecer assistência de média e alta complexidade, destacando-se pelos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, incluindo laboratório de análises clínicas, diagnóstico por imagem (incluindo ultrassonografia, tomografia, ressonância, mamografia, densitometria), cirurgia geral, vascular, pediátrica, cardíaca, cardiologia, ginecologia/obstetrícia, ortopedia, oftalmologia, otorrino, neurologia, dermatologia, pneumologia, psiquiatria, nefrologia, mastologia, hematologia, infectologia, entre outras. **Multiprofissionais:** enfermagem, enfermagem obstétrica, fisioterapia (geral/pélvica), fonoaudiologia, nutrição, psicologia, assistência social, farmácia, terapia ocupacional.

2.3.5. O HU-UFSJ configura-se como pilar estratégico para o fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de São João Del Rei, servindo como campo de prática para cursos da área da saúde e programas de residência e pós-graduação, integrando assistência de qualidade com formação profissional e produção científica, com atendimento à população do Estado de Minas Gerais no município de Divinópolis, sendo referência para uma população de 246.510 pessoas (Censo Demográfico - IBGE, 2022), com níveis de referência e capacidade resolutiva de média e alta complexidade.

2.3.6. Está totalmente inserido no SUS e, como hospital escola da Universidade Federal de São João Del Rei, atua na formação de diversos profissionais da área da saúde. Tem por missão, promover assistência humanizada e de excelência à saúde do cidadão, integrando-se às políticas públicas de saúde, servindo de campo moderno e dinâmico para ensino, pesquisa e extensão.

2.4. Da necessidade de contratação do serviço

2.4.1. A contratação do serviço justifica-se em virtude das exigências da RDC 222/18, da ANVISA, que dispõe sobre as boas práticas para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e a Resolução CONAMA nº. 358/05, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos RSS, além de outras legislações em vigor, onde as mesmas colocam os RSS como de responsabilidade do gerador, desde sua geração até sua disposição final ambientalmente correta.

2.4.2. A não contratação do presente serviço acarretará um acúmulo de resíduos no HU-UFSJ podendo resultar em multas ou até mesmo em interdição desta instituição pelos órgãos competentes, tais como SMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), Vigilância Sanitária e Ministério Público, além de causar risco à saúde dos trabalhadores, ao meio ambiente, e à saúde pública.

2.4.3. Torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para a execução desses serviços, qualificada tecnicamente para tal necessidade (para quem as atividades constituem-se em atividade fim). Fica esclarecido que não se transfere, em hipótese nenhuma, a responsabilidade em se fazer gestão dos contratos de serviços, o que é de alçada do Hospital CONTRATANTE.

2.5. Disposições gerais sobre a contratação

2.5.1. Vislumbra-se, para esta contratação, um cenário em que a responsabilidade do CONTRATANTE será na definição dos padrões e rotinas para os serviços, nas metas a serem buscadas e no monitoramento, com foco na avaliação de resultados, incluindo formas objetivas de medição da eficiência, eficácia e efetividade do serviço. Para tanto, a implantação de tecnologias e sistemas de gestão que otimizem as rotinas para fiscalização e monitoramento e facilitem a geração de dados para gestão por indicadores também é ponto de destaque.

2.5.2. Por outro lado, a operação do serviço deve ficar sob responsabilidade da empresa CONTRATADA, incluindo planejamento operacional, dimensionamento e especificação dos recursos a serem utilizados e controle da operação, conforme os padrões definidos pela unidade CONTRATANTE.

2.5.3. Espera-se com esse modelo de contratação criar oportunidades para o aprimoramento do serviço prestado e melhoria da qualidade, considerando:

- estabelecimento de parceria com fornecedor para proposição de soluções para ganhos contínuos de eficiência e qualidade na prestação do serviço;
- criação de ambiente favorável, institucionalmente e para o mercado fornecedor, para a busca pela otimização de recursos e utilização dos mais atualizados métodos, técnicas e tecnologias, com consequente melhoria nos resultados e vantagem econômica.

2.5.4. O favorecimento para que o HU-UFSJ transfira os esforços do controle operacional do serviço e gestão de contratos diversos para o refinamento no monitoramento do serviço e gestão por indicadores, visando atender aos critérios de qualidade que possibilitam melhoria geral na assistência médico-hospitalar e gestão da capacidade instalada.

2.5.5. Os padrões para a prestação do serviço devem considerar a eficiência e qualidade do serviço bem como políticas e projetos de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, entre outras políticas definidas pela rede Ebserrh.

3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, até o limite de 5 (cinco) anos, com base no Art. 147 do RLCE 2.0, observada a regularidade da prestação dos serviços, bem como condições de preços compatíveis com o mercado.

3.2. A rescisão unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com art. 184, § 3º, do RLCE 2.0.

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Descrição detalhada do objeto

4.1.1. A Contratada será responsável pela coleta, transporte, tratamento e disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde com risco químico e biológico do HU-UFSJ, classificados de acordo com a RDC 222/2018 - ANVISA e Resolução nº 358/2005 - CONAMA, abaixo especificados:

4.1.1.1. GRUPO A (potencialmente infectantes)

Resíduos com a presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção. Subdivide-se em:**I - A1:**

- Culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas, resíduos de laboratórios de manipulação genética;
- Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido;
- Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta;
- Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

II - A2:

- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

III - A3:

- Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares.

IV - A4:

- Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados;
- Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares;
- Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes classe de risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com prions;
- Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo;
- Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenham sangue ou líquidos corpóreos na forma livre;
- Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica;
- Carcaças, peças anatômicas vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos;
- Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.

V - A5:

- Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfuro cortantes ou escarifantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com prions.

4.1.1.2. GRUPO B**Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade:**

- I - Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossuppressores; digitálicos; imunomoduladores; antirretrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações;
- II - Resíduos de saneantes, desinfetantes, resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes;
- III - Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores);
- IV - Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas;
- V - Demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

4.1.1.3. GRUPO E**Materiais perfurocortantes ou escarifantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e laminulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.**

4.1.2. Os serviços serão executados conforme descrição detalhada dos métodos ou rotinas e das etapas a serem executadas para todos os itens, discriminados abaixo:

4.2. Da coleta e acondicionamento

4.2.1. As coletas serão realizadas nos locais e frequências constantes no Anexo II ([57501609](#)) - localização do abrigo externo de resíduos.

4.2.2. Conforme necessidade da Contratante, poderão ser acrescentados ou retirados locais de coletas, assim como alteradas as frequências e horários de coleta.

4.2.3. A empresa contratada deve garantir a coleta na frequência mínima e horários estipulados mesmo em casos de situações adversas no processo operacional da empresa, e deverá ser feito de forma a esvaziar todo abrigo externo de resíduos, independentemente do número de viagens necessárias.

4.2.4. Mesmo em caso de situações adversas no processo operacional da empresa, a coleta deverá ser mantida e, em casos de força maior, quando o horário de coleta tiver que ser alterado, a Contratada deverá comunicar com antecedência a fiscalização do contrato para acompanhamento dos serviços.

4.2.5. Todo o processo de coleta deve ser baseado no que preconiza a Resolução CONAMA nº 358/2005; a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 222/2018; normas técnicas da ABNT e demais dispositivos legais vigentes e inerentes à prestação do serviço contratado.

4.2.6. A coleta deverá ser realizada em bombonas ou similar, sendo que a empresa é responsável pelo fornecimento diário e higienização desses recipientes.

4.2.7. É vedada a realização de coleta e transporte de resíduos que não estejam devidamente acondicionados nos recipientes citados no parágrafo anterior.

4.2.8. Quando necessário e solicitado pela Contratante, a Contratada deverá fornecer lacres de segurança para transporte dos recipientes.

4.3. Da pesagem

4.3.1. A Contratada deverá fornecer balança digital para ser usada nas pesagens, a balança deverá ser digital do tipo plataforma, com dimensões adequadas que comportem os recipientes a serem pesados e que permita emissão de relatório eletrônico das pesagens, devendo ter sua idoneidade comprovada,

auditada pelas normas do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, com laudo de aferição válido emitido por empresa credenciada no INMETRO, devendo ser aferida pela contratada a cada seis meses ou sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.

4.3.2. O laudo citado no parágrafo anterior deve estar disposto em local visível, preferencialmente próximo à balança.

4.3.3. Fica a Contratada responsável por qualquer ônus referente ao uso da balança digital, incluindo insumos para impressão dos relatórios eletrônicos de pesagem, aferições, e eventuais manutenções necessárias.

4.3.4. Os recipientes contendo os resíduos a serem coletados deverão ser pesados na presença do fiscal do contrato ou outro responsável designado pela Contratante, e também na presença de funcionário designado pela Contratada no momento da coleta.

4.3.5. O fiscal do contrato ou responsável, juntamente com o funcionário da Contratada, deverá preencher e assinar planilha de medição com os pesos dos resíduos coletados, sendo descontado o peso referente ao recipiente de acondicionamento.

4.3.6. Ao efetuar a coleta, a Contratada deverá entregar ao fiscal do contrato ou representante: o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), ou documento comprobatório das coletas, emitido em 02 (duas) vias pela contratada, sem ônus para a Contratante, informando os pesos discriminados por tipo e grupo de resíduos coletados conforme identificados pela Contratante, em quilogramas (kg), acrescido do relatório eletrônico de pesagem da balança, data e horário da coleta, nome legível dos funcionários, conferidas e assinadas por funcionários responsáveis pela Contratada e Contratante. Uma das vias deverá ficar com o responsável pela Contratante e outra com o da Contratada.

4.3.7. A Contratante atenderá na íntegra a Portaria MMA 280 de 29-06-2020 que “institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR nacional, como ferramenta de gestão e documento declaratório de implantação e operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos, dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos e complementa a Portaria nº 412, de 25 de junho de 2019”, devendo ser estabelecido o melhor fluxo em reunião entre a fiscalização técnica da Contratante com o responsável pela Contratada.

4.3.8. No momento da coleta, todos os funcionários da empresa contratada deverão estar utilizando Equipamentos de Proteção Individual necessários para cada tipo de resíduo, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária RDC ANVISA nº 222/2018 e legislações trabalhistas vigentes.

4.4. Do transporte

4.4.1. A empresa contratada deverá dispor de veículos para realizar o serviço de transporte dos resíduos coletados.

4.4.2. A Contratada deverá cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos resíduos de serviço de saúde, assumindo total responsabilidade pelo transporte e acondicionamento dos resíduos após a saída das dependências do HU-UFSJ, bem como pela segurança de seus próprios empregados.

4.4.3. As caixas de perfurocortante não poderão ser transportadas soltas dentro do caminhão, cabendo à Contratada providenciar o recipiente para acondicionamento ou local separado no veículo que promova sua contenção segura.

4.4.4. O transporte até as dependências da empresa onde será realizado o tratamento e disposição final, deverá ser feito em veículos com carroceria fechada, estanque, identificado conforme NBR 7500 e obedecendo ao disposto nas NBR 13221 (2003), NBR 12810 (1993), NBR 10004 (2004) e [Resolução ANTT nº 5.998, de 3 de novembro de 2022](#).

4.4.5. Os veículos deverão estar em bom estado de conservação, entendendo-se como tal, não apresentar pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, vazamentos, improvisações nos dispositivos em geral ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a execução do serviço, bem como a saúde e a segurança dos trabalhadores, da população que circula no entorno da instituição, das vias públicas e do meio ambiente.

4.4.6. Toda a descontaminação interna e externa do veículo de transporte dos resíduos, e eventuais manutenções, deverão ser realizadas pela empresa contratada, sem ônus à Contratante.

4.4.7. A empresa contratada deverá apresentar documento que comprove a participação de todos os motoristas em curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP).

4.4.8. A Contratada deverá apresentar, na assinatura do contrato, protocolo por escrito de conduta em caso de acidente ou derramamento durante a coleta e/ou transporte do resíduo, onde constem as medidas a serem tomadas, de acordo com a legislação vigente, e a notificação aos órgãos ambientais e de saúde pública.

4.4.9. Deverá estar sempre presente nos veículos ficha de emergência especificando o produto transportado bem como o telefone de locais de emergência e procedimentos a serem tomados no caso de acidentes.

4.5. Do tratamento

4.5.1. A Contratada deverá observar as legislações aplicáveis ao tratamento de resíduos de serviço de saúde nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

4.5.2. Tipos de tratamento recomendados por grupo de resíduos, de acordo com a RDC nº 222/2018 da ANVISA:

4.5.2.1. Grupo A

a) Resíduos do grupo A1 - devem ser submetidos a tratamento em equipamentos que reduzam ou eliminem a carga microbiana compatível com nível III de inativação microbiana.

b) Resíduos do grupo A2 - devem ser submetidos a tratamento em equipamentos que reduzam ou eliminem a carga microbiana compatível com nível III de inativação microbiana.

c) Resíduos do grupo A3 - que não tenham valor científico ou legal e que não tenham sido conduzidos pelo paciente ou por seus familiares - devem ser encaminhados para sepultamento ou tratamento. Se forem encaminhados para o sistema de tratamento, devem ser acondicionados em sacos vermelhos com a inscrição “peças anatômicas”. O órgão ambiental competente nos Estados, Municípios e Distrito Federal pode aprovar outros processos alternativos de destinação.

d) Resíduos do grupo A4 - não necessitam de tratamento. Estes resíduos podem ser dispostos, sem tratamento prévio, em local devidamente licenciado para disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS.

e) Resíduos do grupo A5 - devem ser submetidos à incineração.

4.5.2.2. Grupo B

a) Resíduos químicos do grupo B, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem - devem ser submetidos a tratamento ou disposição final específicos.

b) Excretas de pacientes tratados com quimioterápicos antineoplásicos - podem ser eliminadas no esgoto, desde que haja tratamento de esgotos na região onde se encontra o serviço. Caso não exista tratamento de esgoto, devem ser submetidas a tratamento prévio no próprio estabelecimento, antes de liberados no meio ambiente.

c) Resíduos de produtos e de insumos farmacêuticos, sob controle especial (Portaria MS 344/98) - devem atender a legislação em vigor.

d) Fixadores utilizados em diagnóstico de imagem - devem ser submetidos a tratamento e processo de recuperação da prata.

e) Reveladores utilizados no diagnóstico de imagem - devem ser submetidos a processo de neutralização, podendo ser lançados na rede de esgoto, desde que atendidas a diretrizes dos órgãos de meio ambiente e do responsável pelo serviço público de esgotamento sanitário.

f) Lâmpadas fluorescentes - devem ser encaminhadas para reciclagem ou processo de tratamento.

g) Resíduos químicos contendo metais pesados - devem ser submetidos a tratamento ou disposição final, de acordo com as orientações do órgão de meio ambiente.

4.5.2.3. Grupo E

a) Os resíduos perfurocortantes contaminados com agente biológico classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente, que se tornem epidemiologicamente importantes ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido, devem ser submetidos a tratamento, mediante processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com nível III de inativação microbiana. Os resíduos perfurocortantes contaminados com radionuclídeos devem ser submetidos ao mesmo tempo de decaimento do material que o contaminou.

4.5.3. A Contratada deverá apresentar mensalmente a certificação de tratamento dos resíduos coletados e tratados no mês, onde conste discriminado a quantidade de resíduo tratado de acordo com seu tipo.

4.5.4. A Contratada deverá apresentar, na assinatura do contrato ou sempre que solicitado pela Contratante, o laudo de monitoramento do processo de tratamento dos resíduos, expedido pelo órgão ambiental, o laudo de controle de emissão de gases e o laudo de classificação das cinzas que restarem dos resíduos

incinerados, além da licença do aterro sanitário classe I que irá recebê-las, de acordo com a classificação de risco comprovada e atualizada, para o tratamento de incineração.

4.5.5. Durante a vigência do contrato, caso exista alteração do processo de tratamento, a mesma deverá ser apresentada aos fiscais do contrato para análise e aprovação.

4.6. **Da disposição final dos resíduos**

4.6.1. Após o tratamento, a Contratada deverá garantir a disposição final ambientalmente correta dos resíduos em aterro compatível com o tipo de resíduo a ser disposto, sendo:

4.6.2. Aterro Classe II para os resíduos do Grupo A (subgrupos A1, A2 e A4), e os do Grupo E.

4.6.3. Aterro Classe I para os resíduos do Grupo A (subgrupos A3 e A5) e os do Grupo B (itens B1 e B2).

4.6.4. O aterro utilizado para disposição final dos resíduos já tratados poderá ser subcontratado, desde que possua licença de operação válida.

4.6.5. A Contratada deverá apresentar mensalmente a certificação de destinação final dos resíduos coletados no mês, onde conste discriminado a quantidade de resíduo disposto no aterro correspondente.

4.6.6. Os resíduos do grupo B (item - B2) que não podem ou que não necessitam de incineração, serão dispostos em Aterro Classe I após pré-tratamento por solidificação, co-disposição, neutralização, enclausuramento, etc.

4.6.7. Durante a vigência do contrato, caso exista alteração do processo de destinação final, a mesma deverá ser apresentada aos fiscais dos contratos para análise e aprovação.

4.7. **Início da execução do serviço**

4.8. O início da prestação dos serviços dar-se-á a partir da vigência contratual com duração estimada de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 05 (cinco) anos na forma do art. 71 da Lei nº. 13.303/2016.

4.9. **Atividades, horários e frequências**

4.9.1. A princípio, o serviço será executado todos os dias da semana, inclusive feriados, mas conforme a demanda, poderão ser estabelecidas rotas semanais, quinzenais ou mensais, de acordo com o quantitativo de resíduos gerados, previamente acordado com a CONTRATANTE. O Abrigo externo de resíduos se encontra dentro do espaço pertencente ao Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei (HU-UFSJ), ver anexo II ([57501609](#)).

4.10. **Uniformes**

4.10.1. A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados alocados para execução do serviço, os conjuntos de uniformes adequados e suficientes para o desempenho de suas atividades, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado compostos por: calças, camisas/camisetas, meias, calçados e outros acessórios que julgar pertinentes e convenientes.

4.10.2. Verificado desgaste que a torne inutilizável ou inapresentável, a CONTRATADA deverá promover o fornecimento de nova peça do uniforme ao empregado, no prazo máximo de 48 (horas) horas; o HU-UFSJ pode realizar comunicação escrita com solicitação sempre que se verifique o não atendimento às condições mínimas de apresentação.

4.10.3. Os uniformes deverão ser entregues semestralmente a todas as categorias profissionais mediante recibo (relação nominal, assinada e datada pelo profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à fiscalização.

4.10.4. A funcionária gestante deverá receber uniforme adequado ao desempenho de suas funções e ao seu porte físico, substituindo-os sempre que estiverem apertados fornecido pela CONTRATADA sem custos para a colaboradora.

4.10.5. Os uniformes deverão ser condizentes com o clima e a função desempenhada pelos funcionários e considerar a saúde ocupacional dos colaboradores.

4.10.6. A CONTRATADA deverá identificar o uniforme dos funcionários, por meio de bordado, pintura, stencil, etc.

4.10.7. Os funcionários da CONTRATADA não poderão comparecer ao local de trabalho sem o uniforme ou usá-los sujos, rasgados ou em outra condição que impossibilite o seu uso.

4.10.8. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.

4.11. **Equipamentos de proteção individual (EPIS) e Equipamentos de proteção coletiva (EPCS)**

4.11.1. A CONTRATADA deverá fornecer aos empregados alocados para a execução do serviço, gratuitamente, os EPI adequados ao risco das atividades que estiverem sendo desenvolvidas, com Certificado de Aprovação – CA vigente, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho, conforme disposto na Norma Regulamentadora NR 6.

4.11.2. Devem ser adotados pela CONTRATADA, no cumprimento do contrato, a Norma Regulamentadora 32, assim como todos os equipamentos de proteção individual e coletivo preconizados para a execução segura das tarefas pelos seus funcionários.

4.11.3. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) têm por finalidade a proteção do indivíduo durante a realização de determinadas tarefas. São compostos de óculos, luvas grossas de borracha de cano longo, botas de borracha, avental impermeável ou não, máscara, gorro descartável, capa de chuva e outros, a depender da atividade do colaborador.

4.11.4. A CONTRATADA deverá supervisionar, para os funcionários que atuam nas áreas restritas, com risco biológico, considerando a NR 32, o PPRA e o PCMSO, o uso de conjuntos privativos.

4.11.5. Os EPI's deverão ser entregues a todas as categorias profissionais mediante recibo (relação nominal, assinada e datada pelo profissional), cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à fiscalização.

4.11.6. Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) têm por finalidade a proteção coletiva durante a realização de determinadas tarefas. São compostos por placas sinalizadoras, cones, fitas zebradas e outros.

4.11.7. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) devem ser fornecidos de acordo com o tamanho e medidas de cada empregado ou profissional, e caso se verifique no momento da entrega, a necessidade de sua substituição, a CONTRATADA deverá providenciá-la e arcar com a despesa, sendo vedado o repasse dos custos aos empregados e profissionais, bem como o seu desconto nos salários.

4.11.8. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) deverão ser substituídos sempre que necessário, seja em virtude de desgaste, dano ou prazo de vencimento recomendado pelos fabricantes e/ou normas regulamentadoras aplicáveis a cada caso.

4.11.9. Cabe ao empregador quanto ao EPI:

- a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;
- b) exigir seu uso;
- c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;
- e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica;
- g) comunicar ao SRT qualquer irregularidade observada; e,
- h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

4.11.10. Cabe ao empregado quanto ao EPI:

- a) usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- b) responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- c) comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e,
- d) cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

4.12. **Inclusão de novas tecnologias**

4.12.1. No decorrer da execução contratual, será admitida a adequação técnica da metodologia empregada pela CONTRATADA, conforme sua experiência e curva de aprendizado, desde que não prejudique os resultados contratados.

4.12.2. A CONTRATADA pode apresentar, a qualquer tempo, soluções tecnológicas que levarão a aumento da produtividade desde que não impactem em aumento de valores contratuais, tais como: máquinas manuais ou automáticas para execução do serviço e novas tecnologias para coleta, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A Contratada deverá cumprir todas as cláusulas constantes neste Termo de Referência e seus anexos ([57501609](#)), sendo de sua responsabilidade os riscos e as despesas decorrentes da não execução do objeto.

5.2. De acordo com o que preconiza o Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde elaborado pela ANVISA, a Resolução CONAMA 358/05 e a RDC 222/18, a Contratada deverá possuir todas as licenças ambientais necessárias para execução do serviço contratado, devendo apresentar no ato da contratação e sempre que houver sua renovação:

5.2.1. Licença Ambiental de Operação, expedida pelo órgão competente, para coleta, transporte e tratamento de resíduos de serviços de saúde, dentro do prazo de validade, ou autorização ambiental do órgão competente para transporte de resíduos perigosos, dentro do prazo de validade.

5.2.2. Licença ou autorização ambiental para a disposição final dos resíduos tratados ou incinerados, dentro do prazo de validade.

5.2.3. Licença Sanitária emitida pelo órgão de vigilância sanitária do município onde a empresa esteja instalada, dentro do prazo de validade. Para fins de habilitação jurídica, é vedada a exigência de apresentação de alvará de funcionamento sem a demonstração de que o documento constitui exigência do Poder Público para o funcionamento da licitante, o que deve ser evidenciado mediante indicação expressa da norma de regência no edital da licitação. (Acórdão n.º 7.982/2017-Segunda Câmara).

5.2.4. Certificado de Regularidade - Cadastro Técnico Federal expedido pelo IBAMA, dentro do prazo de validade.

5.2.5. Documento que comprove que a empresa possui um Responsável Técnico devidamente registrado junto ao órgão de classe ou conselho competente.

5.3. Licença Ambiental de Operação, consoante a atividade de incineração de RSS, incluindo RSS do Grupo B, ou Licença de Operação do incinerador consoante a atividade de incineração de RSS, incluindo RSS do Grupo B, emitida pelo órgão competente, dentro do prazo de validade.

5.3.1. Licença Ambiental de Operação, dentro do prazo de validade, de onde se dará a destinação final dos resíduos e Contrato de Prestação desses Serviços, caso o local seja subcontratado.

5.4. Deverão ser adotadas pela Contratada normas federais, estaduais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações desta Contratante, observando em especial, os seguintes dispositivos:

5.4.1. Instrução Normativa N.º 01/2010, estabelecendo que os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber (Art. 6.º):

5.4.1.1. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto n.º 48.138, de 08 de outubro de 2003;

5.4.1.2. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5.4.1.3. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.4.2. Decreto N.º 7746/2012, onde apresenta como diretrizes de sustentabilidade (Art. 4.º):

5.4.2.1. Menor Impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

5.4.2.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

5.4.2.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

5.4.2.4. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

5.4.2.5. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

5.4.2.6. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

6. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

6.1. A forma de fornecimento será detalhada no Item 11. Modelo de Execução do Objeto e de Gestão do Contrato.

6.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Contratação por Preço Unitário.

7. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

7.1. Trata-se de contratação para o Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei (HU-UFSJ) com execução descentralizada, tanto orçamentária como de gestão sobre os procedimentos de efetivação da aquisição e ordem de fornecimento.

7.2. Será firmado contrato com vigência 24 (vinte e quatro) meses, podendo mediante acordo entre as partes, observada a regularidade na boa prestação dos serviços, bem como em condições de preços compatíveis com o mercado, ser prorrogado por até o limite de 5 (cinco) anos, de acordo com a Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh versão 2.0.

7.3. A contratada poderá aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Art. 177 do RLCE 2.0.

7.4. O Setor de Hotelaria Hospitalar do Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei (HU-UFSJ) solicitará Nota de Empenho a área técnica do HU-UFSJ para formalização da despesa decorrente desse processo, sendo encaminhada cópia para o fornecedor.

8. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

8.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, nos termos do art. 32, inciso IV, da Lei n.º 13.303/2016, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

8.1.2. O serviço é enquadrado como continuado, nos termos do Art. 149, I, do RLCE 2.0, tendo em vista que a necessidade permanente ou prolongada do objeto impõe à parte contratada o dever de realizar uma conduta que se renova ou se mantém no decurso do tempo durante a vigência contratual.

8.1.3. No âmbito da Ebserh, a [Resolução n.º 298, de 17 de julho de 2025, do Conselho de Administração](#) estabelece as diretrizes e as regras para a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes aos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh.

8.1.3.1. No presente caso, as atividades a serem contratadas não envolvem atribuições inerentes aos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh, não havendo, pois, incidência das disposições da Resolução CA n.º 298 de 2025.

8.1.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

9.2. Critério de julgamento:

9.2.1. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

9.2.2. As regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no Edital.

9.3. Modo de disputa:

9.3.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.

9.4. Intervalo entre lances:

9.4.1. O intervalo mínimo de diferença percentual entre os lances que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%

9.5. Condições de participação:

9.5.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:

a) as previsões constantes no art. 69 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;

b) a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;

c) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no art. 9.º da Instrução Normativa n.º 03, de 2018;

d) o previsto no Art. 4.º, inciso VI, do RLCE 2.0:

Art. 4.º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh: (...) VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

9.6. Critérios para qualificação técnica:

9.6.1. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha realizado, no mínimo, 50% do quantitativo de cada item do objeto da contratação e experiência mínima de 12 (doze) meses em serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), compatível com o contrato a ser firmado.

9.6.1.1. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivalet, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPOG nº 5/2017.

9.6.1.2. Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem períodos ininterruptos.

9.6.1.3. Somente serão aceitos atestados que se referiram a contratos já concluídos ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

9.6.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.6.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

9.6.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.6.3. A apresentação de declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará o LICITANTE às sanções previstas neste Termo de Referência.

9.6.4. Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.6.5. Declaração de que a licitante reúne condições de apresentar, no ato da contratação, os documentos exigidos nos subitens 5.2.1 a 5.2.5, 5.3.2 e 5.3.3 deste Termo de Referência.

9.7. Propostas de preços

9.7.1. Após a fase de lances, a licitante deverá encaminhar no prazo fixado em edital, a contar da convocação do Agente de Licitação, no sistema Comprasnet:

- I - Proposta de Preços com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados;
- II - A proposta de Preços, a ser enviada pelo CONTRATADA deverá conter, no mínimo, as seguintes informações, e ainda o valor global considerando os 24 meses de contratação, conforme a Tabela 2:
 - a) Descrição Detalhada do item;
 - b) Identificação do CATSER;
 - c) Unidade de Medida;
 - d) Quantidade Ofertada;
 - e) Valor mensal e Valor Total - GLOBAL - (considerando os 12 meses de contratação);
 - f) Prazo de Validade não inferior a 90 (noventa) dias;
- III - Será solicitada pelo Agente de Licitação, para a avaliação da exequibilidade da proposta, a Planilha de Custos e Formação de Preço.

Tabela 2 - Modelo de Proposta de Preços

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. (24 MESES)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (GLOBAL) 12 MESES
1	19380	Contratação de empresa especializada, devidamente licenciada, para prestação de serviço de coleta diária, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) classe 1, pertencentes aos grupos A (resíduos com a possível presença de agentes biológicos), B (resíduos químicos, incluindo lâmpadas, revelador e fixador de raio-X, películas de raio-X, pilhas, baterias etc.), e grupo E (materiais perfurocortantes), provenientes do Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei (HU-UFSJ).	KG	172.418,40		

9.7.2. Deverão constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de fornecedores da Ebserh. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

9.7.3. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.

9.8. Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no respectivo Conselho Profissional competente do(s) responsável(is) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços e que tenham vínculo com a empresa licitante, nos termos do art. 22 da Lei Federal n.º 12.305/2010.

9.8.1. A comprovação de vínculo profissional de que trata o subitem anterior se fará com a apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

9.8.1.1. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

9.8.1.2. Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;

9.8.1.3. Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo – RPA;

9.8.1.4. Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame.

10. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

10.1. Para participação no processo licitatório, a empresa interessada terá o direito de realizar vistoria nas dependências da Contratante para conhecimento dos locais de coleta, bem como dos fluxos a serem adotados para a melhor execução do objeto.

10.2. O representante designado pela licitante para realizar a vistoria deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade oficial e documento comprovando sua designação, sendo acompanhado por profissional do HU-UFSJ designado para esse fim, e assinará o atestado comprobatório da vistoria efetuada, que deverá ser previamente elaborado conforme modelo constante no Anexo V - Termo de Vistoria, não podendo a pessoa designada ser representante de outra licitante.

10.3. A vistoria deverá ser realizada em horário comercial – e 2ª feira à 6ª feira, no turno matutino das 8:00h às 12:00h e no turno vespertino de 13:00h às 17:00h, cujo agendamento deve ser efetuado em horário comercial, previamente conforme contato abaixo:

(37) 2101-2967, ou ainda pelo e-mail: ronaldo.lacerda@saude.mg.gov.br (Ronaldo Lacerda Cançado)

10.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

10.5. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes a LICITANTE julgar necessário para a elaboração de sua proposta, mediante agendamento prévio, conforme item 10.3.

10.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, Anexo VI - Declaração Formal de Ciência dos Riscos de não Vistoria.

10.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO

- 11.1. Após a assinatura do Contrato, será nomeado Gestor do Contrato, o Fiscal Administrativo, o Fiscal Setorial e o Fiscal Técnico para o Setor e as Unidades Hospitalares do Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei (HU-UFSJ).
- 11.2. O Setor de Hotelaria Hospitalar ou outro designado pela administração do Hospital Universitário da Universidade Federal de São João del Rei (HU-UFSJ) solicitará Nota de Empenho à área técnica do HU-UFSJ para formalização da despesa decorrente desse processo, sendo encaminhada cópia para o fornecedor.
- 11.3. A execução do Contrato e a respectiva prestação dos serviços serão acompanhadas e fiscalizadas por empregados e servidores públicos, Gestores e Fiscais, a serem designados pela autoridade competente.
- 11.4. O(s) representante(s) do CONTRATANTE deverá(ão) ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato firmado.
- 11.5. O(s) representante(s) do CONTRATANTE deverá(ão) promover o registro das ocorrências verificadas no Anexo IV - Instrumento de Medição de Resultados, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos arts. 161 e seguintes do RLCE 2.0.
- 11.6. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 11.7. Serão adotados os seguintes mecanismos para comunicação, tratamento de demandas e das questões afetas ao ajuste: reuniões presenciais de trabalho com o preposto e/ou supervisor, telefonemas, mensagens eletrônicas via e-mail e outras ferramentas, correspondências oficiais, mediante a adoção de critérios de razoabilidade para a definição dos meios que serão utilizados em cada situação, desde que seja respeitada a formalização devida.
- 11.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Art. 180 do RLCE 2.0.
- 11.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições, vícios redibitórios ou outras ocorrências, bem como não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, que serão exercidos por um ou mais representantes designados da Contratante.
- 12.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que têm por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 12.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 12.4. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:
- 12.4.1. Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, outros;
- 12.4.2. Fiscalização Técnica: é o acompanhamento como objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis de desempenho estipulados no ato convocatório, efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;
- 12.4.3. Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, às obrigações previdenciárias e trabalhistas, bem como às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.
- 12.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 12.6. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da Contratada.
- 12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará em aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.
- 12.8. O fiscal técnico representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 12.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo IV - Instrumento de Medição de Resultados, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:
- 12.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 12.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 12.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 12.11. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo Art. 177 do RLCE 2.0;
- b) não configure descaracterização do objeto contratado.
- 12.12. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 12.13. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 12.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste termo de referência.
- 12.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 12.16. O fiscal técnico representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 12.17. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 12.18. O contato entre Contratante e a Contratada será realizado por meio da figura do representante formalmente designado pela contratada para tratar de assuntos relacionados à execução do contrato e sanar possíveis divergências e inconsistências nas atividades executadas.
- 12.19. A comunicação poderá ser realizada via ofício, e-mail ou dependendo da emergência, via telefone, sendo que a Contratada deverá dar o tratamento adequado às solicitações independentemente da forma de comunicação utilizada.
- 12.20. A Contratada deverá facilitar a fiscalização por parte da Contratante, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela fiscalização em até 02 (dois) dias úteis e os fornecer de forma gratuita, independentemente do meio utilizado para realizar a solicitação (telefone, email institucional, página na internet, etc), bem como fornecer atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, através de chamada telefônica ou email.
- ## **13. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO E PAGAMENTO DO OBJETO**
- 13.1. A apuração, medição, avaliação e condução dos trâmites de pagamento dos serviços executados para o cumprimento do objeto proposto neste Termo de Referência e seus Anexos ([57501609](#)) serão realizadas mensalmente.

- 13.2. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 13.3. O recebimento dos serviços será realizado em 02 (duas) etapas, através dos termos de recebimento provisório, Anexo VII - Termo de Recebimento Provisório e recebimento definitivo das execuções Anexo VIII - Termo de Recebimento Definitivo.
- 13.4. O recebimento provisório dos serviços executados será realizado pelo(s) fiscal(is) técnico(s) da contratação, bem como pelo(s) fiscal(is) administrativo(s) ou equipe de fiscalização, conforme o caso.
- 13.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderão resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório ao gestor do contrato.
- 13.5.1. O(s) fiscal(is) técnico(s) da contratação realizará(ão) a avaliação e medição basilar, quantitativa, dos serviços executados, observando o cumprimento das especificações deste Termo de Referência, além de outros documentos comprobatórios e informações constantes no Relatório de Mensal de Atividades.
- 13.5.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 13.6. Eventuais divergências entre as informações apresentadas pelo preposto e/ou supervisor da CONTRATADA e o resultado das avaliações, apurações e medições realizadas pela fiscalização do CONTRATANTE, irão ensejar a aplicação de glosas para as diferenças a menor ou a indicação da necessidade de correção, quando houver divergências a maior, ou itens não informados.
- 13.7. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 13.8. Além deste procedimento, o(s) fiscal(is) técnico(s) da contratação procederá(ão) com a avaliação qualitativa dos serviços prestados a cada período por meio da aplicação dos indicadores de Instrumento de Medição de Resultados - IMR.
- 13.9. A aplicação dos indicadores de Instrumento de Medição de Resultados - IMR resultará em descontos sobre os valores mensais de prestação de serviços inicialmente apurados nos procedimentos iniciais de avaliação, medição e apuração basilares, toda vez que não for atingido o nível estabelecido em cada indicador.
- 13.10. O valor de pagamento mensal a ser executado será apurado por meio da conjugação de ambas as avaliações, a basilar, quantitativa, e a qualitativa.
- 13.11. No prazo de até 2 (dois) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 13.11.1. O relatório circunstanciado sobre a avaliação dos serviços prestados em cada período, deve conter registro, análise e conclusão acerca de ocorrências e inconformidades verificadas, o qual será encaminhado ao gestor do Contrato para recebimento definitivo das execuções.
- 13.11.2. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor ou empregado público do Hospital, o relatório do fiscal técnico deverá conter registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 13.11.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 13.11.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 13.12. A CONTRATADA será notificada sobre eventuais problemas ou inconformidades verificadas, sejam quantitativas, documentais ou qualitativas.
- 13.13. A CONTRATADA poderá justificar os fatos incorridos no prazo de até 2 (dois) dias úteis após envio dos relatórios de inconformidades, que serão analisados pela fiscalização técnica ou administrativa, podendo ter apoio do gestor da contratação, os quais decidirão pela sua aceitação ou não das justificativas, seguindo as condutas tratadas neste Termo de Referência.
- 13.14. Caso a CONTRATADA resolva por não interpor justificativas ou se estas não forem acatadas, deverá providenciar a pronta correção dos problemas e inconformidades incorridos, seja para subsidiar a condução dos demais procedimentos afetos ao pagamento ou para reorientar e corrigir condutas futuras para o atingimento dos objetivos, qualidade e desempenho esperados.
- 13.15. O(s) fiscal(is) técnico(s) da contratação terá(ão) o prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da data de protocolo da documentação, para proceder com as avaliações, apurações e medições quantitativas, basilares, e de desempenho, qualitativas.
- 13.16. Após concluídas estas avaliações e resolvidas as pendências, o(s) fiscal(is) técnico(s) reportará(ão) os resultados para o gestor da contratação e, havendo concordância de ambos sobre os resultados avaliativos, notificará(ão) o preposto da CONTRATADA sobre a necessidade de emissão da nota fiscal/fatura do período.
- 13.17. Caso não haja concordância do gestor da contratação em relação aos resultados da avaliação da fiscalização do CONTRATANTE, este indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando formalmente à CONTRATADA as respectivas correções. Neste caso, serão adotados procedimentos correlatos àqueles acima relacionados para tratamento dos problemas e inconformidades ainda pendentes.
- 13.18. No prazo de até 10 (dez) dias a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 13.18.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 13.18.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 13.18.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 13.18.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor da contratação em termo circunstanciado de ateste, por meio de documento próprio ou junto ao relatório do fiscal técnico.
- 13.19. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 13.20. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por imperfeições ou prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.
- 13.21. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente conferida e atestada pelo setor competente da Contratante, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 13.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.23. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.
- 13.24. Serão efetuadas consultas ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 13.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 13.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.27. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 13.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.29. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.

13.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, quando couber:

13.30.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no § 5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.31. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e proposta cadastrada no site COMPRASGOVERNAMENTAIS, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

13.32. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, do Edital e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade suficientes para execução dos serviços contratados.

14.2. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do Art. 171 do RLCE 2.0.

14.3. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pela Ebserh, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

14.4. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, além das demais normas e procedimentos internos da Contratante.

14.5. Possuir em seu quadro de pessoal profissionais qualificados ou qualificá-los para a execução do serviço a ser executado, devidamente equipadas com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários para cada grupo de resíduos.

14.6. Relatar ao fiscal do contrato toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, no prazo de 24 horas.

14.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados no serviço.

14.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

14.9. Manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.10. Em hipótese alguma será aceito a realização e pagamento/recebimento de qualquer serviço irregular (não autorizado ou fora das determinadas em Contrato), nas dependências deste HU-UFSJ.

14.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local da realização dos serviços contratados bem como aos documentos relativos à sua execução.

14.12. Não permitir em seu quadro de empregados menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

14.13. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

14.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14.15. Apresentar na assinatura do contrato os seguintes documentos:

14.15.1. Cópia do Organograma da Empresa, quadro de pessoal, qualificação, atribuição e jornada de trabalho;

14.15.2. Plano de Gerenciamento de Resíduos;

14.15.3. Descrição de uniformes;

14.15.4. Descrição de EPI's;

14.15.5. Listagem de todos os funcionários envolvidos no serviço contratado, especificando seu nome e função, e atualizar esta listagem sempre que houver mudança de funcionário na atividade;

14.15.6. Comprovante de treinamentos legalmente exigidos dos empregados envolvidos no serviço contratado, registrado em papel com timbre da empresa contendo os tópicos abordados, segundo a legislação vigente, carga horária do curso, datado e assinado pelos empregados da Contratada.

14.16. Indicar formalmente preposto responsável pela empresa, seu telefone e email, o qual será responsável por manter toda a comunicação com a Contratante durante a vigência do contrato.

14.17. Apresentar comprovantes do cumprimento das obrigações legais no que se refere a saúde e segurança dos trabalhadores que desenvolvem as atividades no HU-UFSJ.

14.18. Também poderão ser exigidos documentos referentes às Normas Regulamentadoras – NRs, tais como:

14.18.1. PGR – Plano de Gerenciamento de Risco;

14.18.2. PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

14.18.3. Ficha de Registro de Empregado;

14.18.4. CTPS – Carteira de trabalho e Previdência Social;

14.18.5. ASO – Atestado de Saúde Ocupacional;

14.18.6. Fichas de controle de entrega de EPIs;

14.18.7. Composição do SESMT;

14.18.8. Composição da CIPA ou, indicação de designado conforme a NR-5;

14.18.9. Ordem de Serviço, conforme a NR-01;

14.18.10. APR – Análise Preliminar de Risco.

14.19. Quando autorizado o início das atividades, os respectivos funcionários deverão portar uniforme completo e crachá, bem como os Equipamentos de Proteção Individuais necessários e adequados para manipulação de resíduos de serviços de saúde, devendo ser utilizados pelo colaborador durante toda a execução dos serviços, não podendo haver qualquer justificativa para sua não utilização.

14.20. Manter dados atualizados no Sistema de Controle de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, após execução dos serviços, para posterior emissão do certificado no próprio sistema, comprovando assim o seu tratamento e disposição final correta.

14.21. Manter dados atualizados no Sistema de Controle de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, do recebimento das cinzas remanescentes do processo de incineração em aterros especiais Classe I ou Classe II, conforme classificação das cinzas, caso este seja o tipo de tratamento realizado.

14.22. Sinalizar, controlar o acesso, desenvolver e implementar procedimentos de segurança a todos os seus funcionários envolvidos com o serviço de coleta executado nas dependências do HU-UFSJ, orientando de modo a não permitir a presença de pessoas não autorizadas.

14.23. Poderá a Contratante solicitar o afastamento de funcionário, sem direito nenhum da Contratada repassar custas financeiras à Contratante, caso seja constatado conduta inadequada e em desacordo com as normas especificadas através deste termo de referência e/ou estipuladas pela Contratante.

14.24. Fornecer aos seus respectivos trabalhadores vale transporte, uniforme completo, Equipamentos de Proteção Individual necessários com os devidos treinamentos de uso, guarda e conservação, além de todos os benefícios e direitos concedidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

- 14.25. Manter em rigorosa pontualidade o pagamento de seus empregados e demais encargos decorrentes do contrato de trabalho, inclusive quanto às anotações das respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social.
- 14.26. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja valores e possível inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 14.27. O pagamento pelos serviços prestados não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.
- 14.28. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à Contratante, para que não haja interrupção dos serviços prestados.
- 14.29. Orientar plenamente todos os funcionários sobre a obediência às normas internas desta instituição.
- 14.30. Em hipótese alguma será permitido a guarda temporária e armazenamento de qualquer material e/ou equipamentos da Contratada nas dependências da Contratante, exceto aqueles previstos neste edital.
- 14.31. Tão logo encerrado o contrato, a Contratada deverá retirar todos os seus materiais e/ou equipamentos das dependências da Contratante, liberando a área ao uso normal em prazo estipulado.
- 14.32. Em caso de interrupção do processo de coleta, transporte, tratamento e destinação final do resíduo, a Contratada deverá apresentar, na assinatura do contrato, plano de contingência para esses casos, assegurando a manutenção do serviço contratado sem causar prejuízos à Contratante.
- 14.33. Em caso de acidentes de pequenas proporções, a própria Contratada deverá retirar os resíduos do local atingido, efetuando a limpeza e desinfecção simultânea, mediante o uso de equipamentos auxiliares.
- 14.34. Em caso de acidente de grandes proporções, a Contratada deverá notificar imediatamente os órgãos municipais e estaduais de controle ambiental e de saúde pública, ficando sob sua responsabilidade a reparação de danos ambientais e a terceiros que acaso venha a ocorrer.
- 14.35. Prestar esclarecimentos ou informações adicionais sempre que solicitado pelo CONTRATANTE e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo possível.
- 14.36. Reconhecer que os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, sem que haja prejuízo para nenhuma destas, tendo por base o que dispõe a legislação vigente e aplicável à espécie.
- 14.37. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 14.38. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 14.39. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato.
- 14.40. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 14.41. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.42. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 14.43. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.44. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 14.45. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou **para aprendiz**, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 14.46. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 14.47. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 15. VEDAÇÕES À CONTRATADA**
- 15.1. A contratação, como prestador de serviço terceirizado, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da unidade contratante ou de agente público que desempenhe funções em qualquer fase da contratação, nos termos do Decreto n.º 7.203/2010.
- 15.2. A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do HU-UFSJ.
- 15.3. Permitir a comercialização de qualquer produto pelos seus funcionários nas dependências do CONTRATANTE.
- 15.4. Conforme o art.157, § 1º, do RLCE 2.0: A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Ebserh a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 15.5. Em hipótese alguma, poderá a CONTRATADA alegar desconhecimento das condições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato.
- 16. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**
- 16.1. Facilitar o exercício das funções da Contratada, dando-lhe acessos necessários às instalações para prestação dos serviços contratados.
- 16.2. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 16.3. Disponibilizar acesso aos locais de coleta para os veículos da Contratada ou por ela indicados, desde que previamente identificados.
- 16.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 16.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por funcionário designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 16.6. Indicar formalmente à Contratada a equipe de fiscalização dos serviços.
- 16.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 16.8. Possuir profissional responsável pela gerência do contrato.
- 16.9. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 16.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.5/2017.
- 16.11. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 16.11.0.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos responsáveis pela empresa;
- 16.11.0.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;
- 16.11.0.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação;
- 16.12. Acondicionar os resíduos nos recipientes adequados (fornecidos pela Contratada) e armazená-los devidamente identificados e de acordo com a RDC 222/18 da Anvisa ou Legislação em vigência, na data, para serem coletados.
- 16.13. Manter o armazenamento dos resíduos organizado de acordo com o grau de sua periculosidade.
- 16.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços.
- 16.15. Realizar visitas técnicas à empresa Contratada, durante a vigência do contrato, sem prévio aviso, objetivando vistoriar as condições e os processos dos locais de realização do serviço contratado.
- 16.16. Arquivar toda documentação pertinente ao serviço contratado.
- 16.17. Fornecer condições para a visita técnica, dirimindo todas as dúvidas das licitantes.
- 16.18. Fornecer atestado de visita técnica.

- 16.19. Exigir os documentos comprobatórios de Regularidade com a Fazenda Federal composta da Certidão Negativa relativos aos tributos federais e Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, Certidão Negativa de Débitos (CND) junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) junto ao Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).
- 16.20. Solicitar periodicamente, a regularização do cadastro da Contratada, junto ao SICAF, para que sejam efetuados os respectivos pagamentos.
- 16.21. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 16.22. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 16.23. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 16.24. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade.
- 16.25. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 16.26. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 17. GARANTIA CONTRATUAL**
- 17.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 17.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 17.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor anual do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 17.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o inciso I do Art. 184, inciso I, do RLCE 2.0.
- 17.3. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:
- Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - Prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - As multas moratórias e compensatórias aplicadas à CONTRATADA;
 - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.
- 17.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 17.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 17.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 17.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 17.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada, mediante Ofício entregue contra recibo, assim como providenciará complementação em caso de repactuação do valor do contrato.
- 17.9. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 17.10. Será considerada extinta a garantia:
- Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.
- 17.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 17.12. A CONTRATADA autoriza ao CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.
- 18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 18.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 18.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.
- 18.1.2. Multa de:
- 18.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 18.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.
- 18.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor anual contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
- 18.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 18.1.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor anual do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 18.1.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 18.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 18.2. As sanções previstas nos subitens 18.1.1 e 18.1.3 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 18.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor total do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor total do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor total do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor total do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor total do contrato

Tabela 1

INFRAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia	3
Para os itens a seguir, deixar de		
6	Executar o serviço na data previamente agendada, por ocorrência	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	1
11	Observar, na execução do serviço, em quaisquer dos itens a seguir: a) que os profissionais especializados estejam devidamente equipados com proteção individual (EPI's) adequados às atividades desenvolvidas; b) que os veículos são adequados para o transporte dos produtos; c) ou que os produtos utilizados são de primeira qualidade e devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente (Anvisa)	3

Tabela 2

18.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que:

- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da prego eletrônico, não celebrar o contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- Não mantiver a proposta;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

18.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

18.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. A autoridade competente na aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.12. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicafe. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013."

19. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

19.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos seguintes aspectos definidos no "Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025";

19.1.1. Observar a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32.

19.1.2. Utilizar produtos de acordo com as diretrizes da ANVISA e INMETRO, se existentes.

19.1.3. Observar que qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela CONTRATADA na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382/2006, Resolução CONAMA nº 436/2011 e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

19.1.4. Atender às boas práticas no Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde do HU-UFSJ e orientações da RDC Anvisa nº 222, de 28 de março de 2018, ou outras pertinentes, sujeito à aprovação da autoridade competente, caso se enquadre nas hipóteses do Artigo 20 da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

19.1.5. Atender o art 5º, inciso VI do RLCE 2.0:

19.1.6. Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à: (...) VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; 19.1.6.

19.1.7. Atender o art. 35, inciso XVI do RLCE 2.0:

19.1.8. Art. 35. O Termo de Referência – TR ou o Projeto Básico - PB, elaborado pela EPC a partir do ETP e do gerenciamento de riscos, deverá conter, no mínimo, o seguinte conteúdo: (...) XVI - critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

19.1.9. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus profissionais para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

19.1.10. Uso Racional da Água

a) A CONTRATADA terá que capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso da água. Os conceitos deverão ser repassados para a equipe por meio de multiplicadores;

b) Sempre que possível, será permitida a lavagem com água de reuso ou de outras fontes (água de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

19.1.11. Uso Racional de Energia Elétrica

a) A CONTRATADA deve manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

b) A CONTRATADA deve verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos, sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas; e

- c) A CONTRATADA deve realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos aparelhos e equipamentos elétricos.

19.1.12. **Redução de Produção de Resíduos Sólidos**

- a) Promover a implantação de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos;
- b) A CONTRATADA deve colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo CONTRATANTE;
- c) No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá observar as seguintes regras:
- Materiais não recicláveis: São todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e são denominados "rejeitos", como: lixo de banheiro (papel higiênico e lenço de papel), cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares, trapos e roupas sujas, toco de cigarro, cinza e ciscos (segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada), acrílico, lâmpadas fluorescentes (acondicionadas em separado), papéis plastificados, metalizados ou parafinados, papel carbono e fotografias, fitas e etiquetas adesivas, copos descartáveis de papel, espelhos, vidros planos e cristais, e pilhas (acondicionadas em separado e enviadas para o fabricante);
 - Materiais recicláveis: Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores: VERDE para vidro, AZUL para papel, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico e BRANCO para lixo não reciclável. Os recipientes deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA e todo o material coletado deverá ter destinação em conformidade com a legislação em vigor.

19.1.13. **Poluição Sonora**

- a) Para os equipamentos utilizados que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (Db-A), conforme Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

20. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTE

- 20.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 20.2. Em conformidade com os arts. 172 e 173 do RLCE 2.0 e o art. 61 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, o valor dos serviços prestados poderão ser reajustados a cada renovação de contrato, se houver, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo em vista que não há índice específico para o presente objeto, aplicando-se a variação dos últimos 12 (doze) meses, e desde que observado o interregno mínimo de um ano da data da proposta.
- a) Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- b) Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.
- 20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 20.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 20.5. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 20.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 20.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

21. DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

- 21.1. A estimativa de preços da contratação e detalhes da pesquisa foram extraídos do documento a ser publicado na licitação e inseridos neste processo de forma a atender ao Art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0, que assim versa:
- Art. 7º O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, facultando-se sua publicidade, mediante justificativa.
- § 1º Para fins do disposto no caput, o valor estimado para a contratação será tornado público apenas após o encerramento da etapa de julgamento das propostas
- 21.2. Esse dispositivo está em consonância com o art. 34, caput, da Lei 13.303, de 2016:
- Art. 34 O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificativa na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.*

22. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 22.1. As despesas decorrentes desta contratação encontram-se programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de 2025 e 2026.
- 22.2. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento da presente finalidade, a ser consignada pelo HU-UFSJ.

23. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 23.1. Os casos de alteração contratual deverão observar o disposto no Art. 171 e seguintes do RLCE 2.0.
- 23.2. A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

24. RESCISÃO CONTRATUAL

- 24.1. As hipóteses de rescisão contratual são aquelas previstas no RLCE 2.0 e no termo de contrato, sem prejuízo de outros normativos aplicáveis.
- 24.2. Constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do Art. 184, I, do RLCE 2.0, com a consequente realização de novo processo licitatório, a situação em que se impõe à contratada a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial.

25. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- 25.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:
- a) adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- c) manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- d) adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- e) cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- f) orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- g) comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de

tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

25.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- a) identificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- b) apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- c) não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- d) quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

26. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

26.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

26.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal das obrigações abaixo discriminadas:

- a) Coleta externa e pesagem;
- b) Transporte externo.

26.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

- a) Tratamento
- b) Disposição final

26.2. É permitida a subcontratação referente ao aterro utilizado para disposição final dos resíduos já tratados e também ao tratamento por incineração para os resíduos dos Grupos A (subgrupos A1, A2, A3, A4 e A5), Grupo B (itens B1 e B2) e Grupo E, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas e também que as empresas possuam toda a documentação exigida à Contratada neste Termo de Referência.

26.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, mediante expressa autorização do gestor e fiscais do contrato, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

26.4. É importante informar que a subcontratação deve ser tratada como exceção. Só é admitida a subcontratação parcial e, ainda assim, desde que seja demonstrada a inviabilidade técnico econômica da execução integral do objeto por parte da contratada, e que haja autorização formal do contratante (Acórdão nº 3776/2017 2ª Câmara). Além disso, a subcontratação do objeto é admitida apenas parcialmente, desde que motivada sob a ótica do interesse público e com os seus limites devidamente fixados pelo contratante, não podendo a atuação do contratado transformar-se em mera intermediação ou administração de contrato (Acórdão nº 14.193/2018 - 1ª Câmara).

26.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

26.6. No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da Contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal serviço de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

26.7. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre a EBSERH/HU-UFSJ e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Contratante e a subcontratada, inclusive no que se refere ao pagamento direto à subcontratada.

26.8. A Contratada, ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Contratante, a regularidade jurídico/fiscal, trabalhista e previdenciária de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com a subcontratada, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

26.9. A Contratada compromete-se a substituir a subcontratada, imediatamente, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

26.10. A admissão ou não de consórcio de empresas e cooperativas em licitações públicas é competência discricionária do Administrador. Assim, considerando as características do objeto e que nenhum dos grupos que compõem a pretensão contratual são considerado de grande vulto e que o objeto é constituído de serviços comuns com características homogêneas, entendemos não haver qualquer restrição ao universo de potenciais licitantes, havendo no mercado competidores individuais em número suficiente para garantir a competitividade do certame, tanto em termos de quantidade como de capacidade técnica, NÃO SERÁ ADMITIDA a participação de consórcios e cooperativas.

27. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

27.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do CONTRATANTE à continuidade do contrato.

28. ANEXOS

28.1. Compõe o Termo de Referência os seguintes anexos, constantes no documento SEI nº [57501609](#)

- 28.1.1. Anexo I - Faseamento;
- 28.1.2. Anexo II - Abrigo Externo de Resíduos;
- 28.1.3. Anexo III - Planta do Hospital HU-UFSJ;
- 28.1.4. Anexo IV - Instrumento de Medição de Resultados;
- 28.1.5. Anexo V - Termo de Vistoria;
- 28.1.6. Anexo VI - Declaração Formal de Ciência dos Riscos de não Vistoria;
- 28.1.7. Anexo VII - Termo de Recebimento Provisório;
- 28.1.8. Anexo VIII - Termo de Recebimento Definitivo.

29. DA APROVAÇÃO

29.1. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 37 do RLCE 2.0, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

(assinado eletronicamente)

Adriano Jackson Pessoa Mota

Analista administrativo do Serviço de Hotelaria
Hospitalar
Administração Central

(assinado eletronicamente)

José Amaral da Silva Neto

Analista administrativo do Serviço de Compras e
Licitações
Administração Central

(assinado eletronicamente)

Jucelma Maria Sales e Silva Castro

Assistente administrativa do Serviço de
Hotelaria Hospitalar
Administração Central

(assinado eletronicamente)

Luciano Henrique de Paiva

Biólogo do Setor de Hotelaria Hospitalar
HC-UFTM

(assinado eletronicamente)

Leticia Paranhos da Silva

Analista Administrativa
Coordenadora da EPC
Administração Central

Designação da Equipe: Portaria - SEI nº 335, de 21 de setembro 2025 (SEI nº [53398576](#)), publicada no Boletim de Serviço nº 2136, de 22 de setembro de 2025 (SEI nº [53563758](#)).

De acordo.

(assinado eletronicamente)

Marcio Luis Borsio

Chefe do Serviço de Hotelaria Hospitalar

Encaminhe-se à Diretoria de Administração e Infraestrutura para apreciação.

De acordo.

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.

Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor.

(assinado eletronicamente)

THIAGO AUGUSTO BETIATI

Coordenador de Infraestrutura Hospitalar e Hotelaria - DAI/EBSERH

De acordo.

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.

Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.

Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor.

(assinado eletronicamente)

Odete Carmen Gialdi

Diretora de Administração e Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Luis Borsio, Chefe de Serviço**, em 29/01/2026, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Jackson Pessoa Mota, Analista Administrativo**, em 29/01/2026, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jucelma Maria Sales e Silva Castro, Assistente Administrativo**, em 30/01/2026, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Paranhos da Silva, Analista Administrativo**, em 30/01/2026, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Henrique de Paiva, Biólogo(a)**, em 30/01/2026, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Augusto Betiati, Coordenador(a)**, em 30/01/2026, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57366651** e o código CRC **A6087B28**.

Referência: Processo nº 23477.021457/2025-13 SEI nº 57366651

Criado por [leticia.paranhos](#), versão 31 por [leticia.paranhos](#) em 28/01/2026 10:48:58.